

Doutores, de Graciliano Ramos

Na crônica *Doutores*, Graciliano Ramos (1892-1953) enfrentou um dos problemas mais persistentes da vida pública brasileira: a idolatria do título e o culto ao doutor como arquétipo de autoridade natural, independentemente do conteúdo real do saber ou da legitimidade do poder. O leitor encontrará o texto no Portal da Crônica Brasileira, o mais completo repositório *on line* sobre esse delicioso gênero literário [\[1\]](#). Escrita em linguagem seca e sem qualquer concessão retórica, a crônica *Doutores* é menos um retrato de costumes e mais um diagnóstico cultural [\[2\]](#). É nesse sentido que sugiro a leitura. É o tema dos *Embargos Culturais* dessa semana.

O ponto de partida do texto é simples e engenhoso. Graciliano opõe dois tipos de doutor: o do litoral e o do interior. O primeiro surge como produto da cidade grande, do diploma, da linguagem difícil, do prestígio acadêmico e do verniz civilizatório. O segundo não precisa de certificados nem de citações: exerce autoridade pela proximidade com o mando local, pela intimidação silenciosa, pela força do costume. O que muda é a aparência; a estrutura de poder permanece intacta.

A crônica não narra um episódio específico, nem mesmo constrói uma fábula tradicional. É antes uma tipologia social. Graciliano enumera, descreve, contrapõe. O leitor reconhece imediatamente as figuras que o escritor alagoano elenca. Esse reconhecimento é de algum modo desconfortável. Revela que o título de doutor opera como atalho simbólico de dominação, dispensando a verificação do mérito, da competência ou da justiça das decisões.

Ao problematizar o doutor do litoral, Graciliano atinge o coração do bacharelismo brasileiro. Desde o século 19, o diploma — sobretudo o jurídico — tornou-se no Brasil instrumento de distinção social, passaporte para o poder político e administrativo, marca de superioridade simbólica. O bacharel não precisava demonstrar saber; bastava ostentar o título. A linguagem hermética, longe de ser defeito, era virtude: quanto menos compreendido, mais o doutor era respeitado. Falar difícil era marca de inteligência e poder.

O doutor do interior, por sua vez, revela o outro lado da moeda. A autoridade dispensa o palavrório técnico, porém se ancora na mesma lógica hierárquica. Não é o saber que legitima o poder, é a posição ocupada. O título continua a funcionar como selo de mando, ainda que adaptado às circunstâncias locais. É o tempo dos coronéis, contexto que lemos em autores como Wilson Lins, Jorge Amado e Rachel de Queiroz. O coronel foi estudado por Victor Nunes Leal em *Coronelismos, Enxada e Voto*. Na crônica, Graciliano sugere, com ironia contida, que o Brasil apenas muda o figurino da dominação — nunca sua essência.

Experiência real

Um dos aspectos mais sofisticados de *Doutores* é a crítica à linguagem como instrumento de poder. O doutor do litoral fala difícil; o do interior fala pouco. Ambos produzem submissão. Em um caso, pela intimidação intelectual; no outro, pela intimidação social. A linguagem jurídica — complexa, autorreferente, excludente — aparece implicitamente como parte desse mecanismo. Não esclarece:

distancia; não comunica: hierarquiza.

Spacca

A crítica ganha peso adicional quando lembramos que Graciliano não escreve como observador externo. Foi prefeito (de Palmeira dos Índios, Alagoas, eleito em 1927, renunciou dois anos depois) e diretor de instrução pública. Conhecia a burocracia por dentro, percebia o valor e o abuso do título, compreendia o prestígio automático conferido ao bacharel. *Doutores* não nasce do ressentimento. Surge da experiência real vivida pelo autor.

A forma do texto reforça o conteúdo. Graciliano usa frases curtas, duras, econômicas. Não adota o estilo do doutor que critica. Sua linguagem é antirretórica, quase ascética. O estilo funciona como ética: escrever bem é escrever com nitidez; escrever com nitidez é recusar o privilégio da incompreensão. Em *Doutores*, a crítica ao bacharelismo está no que se diz, e principalmente em como se diz. E essa compreensão (minha) não é um jogo de palavras.

Ao contextualizar a crônica no panorama cultural brasileiro, percebe-se que Graciliano dialoga com uma tradição crítica ampla — de Sérgio Buarque, Gilberto Freyre, Alberto Venâncio Filho a Raymundo Faoro — que identifica no bacharelismo um dos entraves à modernização democrática do país. O título substitui o conteúdo; a forma suplanta a substância; a autoridade se legitima pela distância, não pela responsabilidade.

Doutores mantém inquietante atualidade. Aqui em Brasília basta usar uma camisa de manga cumprida e o guardador de carros vai longo perguntando: posso cuidar doutor? Ainda confundimos complexidade verbal com profundidade intelectual. Ainda aceitamos que o prestígio do cargo ou do diploma dispense a obrigação de clareza e prestação de contas. Graciliano enfatiza, com economia e rigor, um problema que ainda não resolvemos.





Para o leitor da **ConJur**, *Doutores* funciona como provocação necessária. Convida à autocrítica institucional: quantas vezes o Direito reproduz o bacharelismo que deveria combater? Quantas vezes o título serve mais para afastar do que para servir? Quantas vezes a linguagem jurídica protege o poder em vez de proteger o cidadão?

Doutores não propõe reformas e não oferece saídas fáceis. Avança com uma tarefa mais difícil: expõe a engrenagem cultural que sustenta a autoridade sem saber e o saber sem responsabilidade. Graciliano, com a autoridade de quem conheceu o Estado por dentro e recusou seus vícios retóricos, ainda que primeiramente no contexto de uma prefeitura do interior, deixou-nos, em *Doutores*, uma lição em forma de provocação.

[1] Consultar o imperdível <https://cronicabrasileira.org.br/>.

[2] <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/21563/doutores>.

Autores: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy